

"O ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA"^a

ZENITE TEREZINHA RIBAS CESAR^b

RESUMO

Este trabalho é uma palestra sobre o histórico do Ensino Superior de Londrina, proferida por ocasião do cinquentenário do Município. Mostra o processo da instalação das primeiras escolas superiores e a sua transformação na atual Universidade Estadual de Londrina. Descreve também a criação dos primeiros cursos superiores particulares da cidade. O artigo possibilita visualizar o quadro do ensino superior local, até o atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Universidade; Instituições pioneiras; Londrina; Ensino; Educação superior; História da educação.*

1 – INTRODUÇÃO

Londrina, ao completar 50 anos de emancipação, constituiu-se em importante centro educacional, irradiando sua influência por toda região Norte-Paranaense, sul de São Paulo e Mato Grosso do Sul. É o ponto mais importante do distrito geo-educacional³³.

No campo do ensino superior, atualmente conta com a Universidade Estadual, U.E.L., que possui 28 cursos de graduação e vários de pós-graduação, o Centro de Estudos Superiores – CESULON, com 6 cursos, a Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná e a Faculdade de Música “Mãe de Deus”.

2 – AS ORIGENS

A evolução da rede escolar de uma região ou de um país não é um fato isolado, mas fruto de fatores ambientais, regionais e locais. É o resultado de um processo de lideranças comunitárias, do desenvolvimento da mentalidade e do trabalho dos homens que constituem a sua população.

A organização do espaço regional do Norte do Paraná foi fruto de uma evolução social, econômica e política paulista.

Esta foi também, uma das áreas mais propícias à expansão fundamentalmente capitalista.

A gênese dessa formação, naturalmente deixou resquícios na formação educacional.

Isto pode ser percebido através da análise histórica das várias instituições educacionais.

O ensino superior, também, atesta isto, como pode-se perceber no decorrer da presente palestra.

Nos meados da década de 50, a lavoura cafeeira estava em franca produção e Londrina constituía-se em importante centro populacional, econômico e político. Já se apresentava como o maior centro urbano, polarizando as atividades secundárias da região.

A poupança advinda do cultivo do café provocou uma migração da Zona Rural para a Urbana e Suburbana. Verificava-se ainda a chegada de novos contingentes de pessoas interessadas em se estabelecer nos Centros Urbanos, com atividades secundárias e terciárias, comércio e prestação de serviços. Esta situação provocou uma série de atividades urbanas próprias do dinamismo inicial de uma cidade.

Foi uma época de grande circulação de capital e de afluxo populacional para as zonas suburbanas.

As duas grandes geadas que aconteceram em 1953 e 1955, respectivamente, foram chamadas de “negras” e devem ser mencionadas pelas conseqüências que trouxeram em toda vida regional. Demonstraram que o café era a mola propulsora de toda vida social, econômica e política da época. As geadas mostraram a necessidade de diversificação da economia.

Importantes investimentos foram feitos na área imobiliária, mas grandes somas de recursos foram desviados para outros centros, principalmente para as áreas industriais de São Paulo.

As indústrias aqui existentes eram apenas de preparação de produtos primários, principalmente, Máquinas de Benefício de Café. Não se contava com infra-estrutura de armazenagem e transporte.

A companhia colonizadora, que havia sido nacionalizada em fevereiro de 1944, passando a pertencer a grupo econômico majoritário paulista, teve seus investimentos mui-

a. Palestra realizada no Seminário sobre Londrina, pela Folha de Londrina, como parte das comemorações do cinquentenário do Município 1986.

b. Departamento de Educação – CECA/Universidade Estadual de Londrina.

to limitados na região.

Estes, foram, quase que exclusivamente, na atividade agrícola, pois os lucros auferidos com o loteamento de suas terras foram carreados para projetos industriais e econômicos localizados em outras regiões do país.

A partir de 1950, o porte da cidade de Londrina era tal, que a influência da companhia colonizadora, que havia sido decisiva nas décadas de 30 e 40, passou a ser praticamente nula.

A grande dependência que existia com São Paulo passa a ser gradativamente diminuída, com uma parte da atividade econômica interligando o sul – sudeste representada pelo melhoramento do Porto de Paranaguá, para o escoamento do café e cereais.

Para atestar a fase de ebulição econômica que foi verificada nos principais centros urbanos do Norte do Paraná, podem ser referidos vários testemunhos da época, hoje retratados em livros, jornais e revistas.

Com relação às atividades educacionais e culturais nenhum empreendimento de vulto tinha sido realizado.

Como a população de Londrina era de origem bastante diversificada, com grande percentagem de estrangeiros, havia em seu seio o pensamento de que o caminho para o progresso se fazia com a educação escolarizada.

Assim, havia um desejo da comunidade em ver seus filhos estudando, O lavrador não desejava que seu filho continuasse nos seus mesmos afazeres. Almejava para seus descendentes uma vida mais livre e de maior conforto. Desta maneira, aqueles que tinham condições financeiras mandavam seus filhos para as capitais para estudar. Queriam o diploma de “Doutor”.

O conceito de cultura era ainda muito tradicionalista, estava voltado para os cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Não havia o desejo de conhecimento técnico ligado a agricultura.

No sentido de se conseguir a criação de cursos superiores em Londrina, tentativas foram feitas junto ao Governo do Estado, através de políticos, mas foram frustradas. A causa principal desses insucessos estava na distância política que existia entre a região Norte Paranaense e a Capital do Estado.

Deve-se registrar que a classe interessada na existência de cursos superiores possuía condições financeiras para custear cursos pagos em escolas particulares. Entretanto, não houve nenhum segmento da comunidade, mesmo religioso, que se interessasse por abrir uma escola de nível superior privada.

Parece contraditório, que numa sociedade onde a livre iniciativa se fazia presente em todos os setores da economia, não houvesse crédito a idéia de que a educação também poderia ser uma atividade capitalista.

Nesta situação, a população ansiava por resolver o problema de seus jovens, que queriam freqüentar cursos superiores e não tinham condições para se deslocarem para outros centros maiores vendo assim seus objetivos frustrados.

Um grupo representativo da população, consciente de que a cidade já comportava a criação de cursos superiores, fez grande pressão junto ao Governo do Estado, conse-

guindo o apoio do governador Moysés Lupion para a criação dos primeiros cursos superiores de Londrina.

3 – CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS FACULDADES

O governo, vendo na criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um caminho para a formação de mão-de-obra especializada local, professores para o Ensino Médio, viu com bons olhos a criação de uma escola de formação de professores.

O governador Adolpho de Oliveira Franco criou a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências de Londrina, em 25 de Janeiro de 1956. Seus primeiros cursos foram:

História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A população de Londrina, porém, não estava satisfeita e queria contar com a possibilidade de se diplomar em cursos superiores que propiciavam um maior “status” dentro da sociedade brasileira. Assim, esse mesmo grupo que havia conseguido a Faculdade de Filosofia continuava trabalhando para ter uma Faculdade de Direito. Esta foi conseguida, logo em seguida, em 4 de junho de 1956, com a criação da Faculdade Estadual de Direito de Londrina.

A implantação desta não foi pacífica.

Nessa época, não existia ainda no Brasil a conscientização da necessidade da interiorização do Ensino Superior. Os estudantes de direito de Curitiba encetaram uma campanha contra a criação da Faculdade de Londrina, com passeatas e greves.

Seus protestos foram até o Conselho Federal de Educação, mas não conseguiram seus intentos, pois o processo pedindo a criação da Faculdade de Direito estava muito bem elaborado.

Assim, Londrina, a partir de 1956, pode contar com cinco cursos superiores, todos na área de Humanidades.

Acredita-se que esta preferência pela criação de tais cursos, em região de bases econômicas inteiramente agrícola está ligada a mentalidade ainda conservadora do povo brasileiro.

Nossa História da Educação está intimamente ligada a ação pedagógica dos Jesuítas que foram nossos primeiros mestres. Estes passaram para os brasileiros a valorização dos estudos humanísticos em detrimento dos estudos técnicos e científicos. Esta herança foi tão forte que até recentemente, tal mentalidade era ainda dominante em grande camada da população.

Desta forma explica-se em parte porque o grupo que conseguiu tão importante conquista para a sociedade londrinense, trabalhou no sentido das Humanidades.

Um primeiro e importante passo estava dado na implantação do Ensino Superior de Londrina, Porém, o dinamismo próprio dos londrinenses impulsionou-os a lutar por mais escolas superiores.

Uma das áreas de importância vital para a população era a área da saúde, que na época era bastante carente.

Assim, envidando esforços junto ao Governo do Estado, a comunidade londrinense conseguiu a criação da Fa-

culdade Estadual de Odontologia de Londrina, em 17 de janeiro de 1962. Esta Faculdade teve o apoio da Igreja Católica, através de seu bispo. Foram cedidas dependências da Catedral, que pertenciam a Diocese para implantação desta Faculdade.

Com a consolidação das Faculdades implantadas, com o fortalecimento de seus cursos e criação de novos cursos na Faculdade de Filosofia: Pedagogia e Licenciatura em Ciências, percebe-se que Londrina comportava cada vez mais uma rede de Ensino Superior mais ampla.

4 – AS PRIMEIRAS FUNDAÇÕES

Com a grande carência de profissionais médicos, na região e no país, sentia-se cada dia mais a necessidade da criação de um Curso de Medicina.

A Associação Médica consciente desta necessidade passa a pressionar o poder público para a sua criação.

Em 1965, foi instituída, pelo Governo do Estado, a Fundação de Ensino Superior de Londrina – FESULON, com o objetivo de criar a Faculdade de Medicina.

O grupo de pessoas que formavam a FESULON tomou conhecimento do grande número de profissionais técnicos em contabilidade que desejavam a criação de uma Faculdade de Economia na região.

Os objetivos da FESULON foram modificados e através dela foi criada a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, em 1966, ambas em regime de Fundação Estadual.

Com a criação destes cursos pode-se perceber um esforço nas áreas de Humanidades e Saúde.

O que caracterizava a Fundação era sua administração direta com maior autonomia administrativa e didática-pedagógica.

Nesta foi introduzido o conceito de profissional de magistério superior que dedicava todo seu tempo não só ao ensino, mas também à pesquisa, trabalhando alguns em regime de dedicação exclusiva.

Isto contribuiu para o alto nível dos cursos ali desenvolvidos.

Com a criação da FESULON outra modificação importante se deu no âmbito do Ensino Superior, foi implantação do ensino pago. Até então, o ensino nas Faculdades Estaduais era gratuito.

Isto causou celeuma nos meios estudantis da cidade, o que perdura até hoje.

Os membros da Fundação já pensavam nesta época na criação de uma Universidade, tendo adquirido uma extensa área suburbana para implantação do Campus Universitário.

5 – CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

No final da década de 60 ocorreram mudanças nos vários campos da atividade social e econômica, caracterizando-se fundamentalmente pela mudança de comportamento da sociedade, que passou a entender a necessidade

da criação de uma economia mais estável.

As transformações ocorridas na agro-pecuária pesam muito nestas mudanças, onde se vê o fazendeiro de café substituído pelo empresário agrícola. Este utiliza de todos os recursos agora disponíveis para modernizar seu empreendimento.

As novas implantações no setor industrial tenderam a um maior aproveitamento da matéria-prima advinda da vida agro-pecuária regional, ampliando o mercado consumidor que já era razoável. Na década de 60 já está nitidamente evidenciado que o Norte do Paraná se destacava como o maior polo geo-econômico e conseqüentemente o maior mercado consumidor do Paraná.

Os vários setores da economia sofreram um desenvolvimento considerável, trazendo novas aberturas econômicas e administrativas nos setores agro-pecuário e industrial.

Os setores de prestação de serviços alcançam uma nova fase com perspectivas para implantação e ampliação de serviços, até então inexistentes, podendo ser citados os serviços de saúde e educação.

Dentro deste contexto é que germina a idéia da criação de uma Universidade.

6 – A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A aspiração da criação de uma Universidade estava ligada ao desejo da cidade, de atingir um status maior no campo político educacional.

O evento da Reforma Universitária através da Lei 5540/68, que propugnava um modelo de estrutura de ensino superior aplicável quase que exclusivamente à Universidades, acelerou o processo de criação de uma instituição desse tipo.

Tendo em vista o sucesso alcançado pela FESULON, com sua administração local, as demais escolas superiores se sentiam motivadas a pertencer a uma instituição daqueles moldes que eliminaria as dificuldades da administração estadual, centralizada na capital.

Do ponto de vista didático – pedagógico, porém, não se justificava a criação da Universidade a não ser pela facilidade de criação de novos cursos, independente de autorizações superiores.

Um grupo de pessoas dispostas a trabalhar para a criação da Universidade ia amadurecendo a idéia e assentando as bases necessárias para sua implantação.

O Governo do Estado, pressionado pelos anseios de Londrina, agora reforçados pelos de Ponta Grossa e Maringá, determinou através do decreto n. 14.923 de 12 de abril de 1969 a instituição de uma comissão para proceder os estudos necessários para a reforma do ensino de nível superior do Estado, de acordo com a Lei Federal n. 5.540/68. Esta fixava novas normas de organização e funcionamento do ensino de 3o. grau.

Esta comissão concluiu que o Estado do Paraná poderia comportar três universidades estaduais, que seriam sediadas em Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Tendo em vista a criação e implantação da Universidade de Londrina, em 1969, foi designada pela Secretaria

de Educação e Cultura uma sub-comissão de Reforma do Ensino Superior.

Em 31 de outubro de 1969, a sub-comissão apresentou relatório ao Governo do Estado, sob o título "Características do Distrito Geo-Educacional de Londrina". Este relatório constituiu-se numa coletânea atualizada de dados estatísticos pertinentes ao ensino superior na região, demonstrando que Londrina pela sua situação geográfica, econômica, industrial, cultural e educativa apresentava as necessárias condições para ter a sua Universidade.

O Governador do Estado, Paulo Pimentel, recebendo os relatórios de Londrina, Maringá e Ponta Grossa enviou mensagem à Assembléia Legislativa solicitando autorização para a criação das três Universidades Estaduais e da Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

A autorização foi dada pela lei n. 6.034 de 06 de novembro de 1969.

Sob a forma de Fundação Estadual, foi criada a Universidade Estadual de Londrina em 18 de janeiro de 1970, através do decreto n. 18.110.

A Universidade foi fruto da integração das Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciência e Letras, Direito, Odontologia, Medicina, Ciências Econômicas e Contábeis.

O decreto de criação disciplinou como se procederia a instalação da Universidade.

7 – A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A implantação da Universidade foi uma tarefa árdua para o primeiro reitor e sua equipe, tendo em vista as dificuldades iniciais.

A diferente localização dos espaços físicos, em pontos diversos da cidade (prédio da Rua Piauí, prédio do IPOLON, prédio do Instituto Filadélfia e Campus Universitário) constituía-se em obstáculo administrativo e pedagógico.

Muitas vezes os alunos tinham que se deslocar no mesmo dia para pontos diversos da cidade para assistirem as aulas.

Um segundo aspecto diz respeito a reorganização departamental e relocação de professores nos novos Centros, assim como, as alterações no quadro de cargos e funções, o que provocou tensão temporária nos quadros do ensino.

A existência de pessoal docente com diferente titulação e regime de trabalho (professor instrutor, mestre, adjunto catedrático, estatutário, C.L.T. 12 horas, 24 horas, TIDE) foi outro fator de dificuldades de implantação.

Superadas estas dificuldades, iniciou-se uma programação destinada a consolidação da Universidade como tal, tendo sido efetuados os seguintes trabalhos:

1o.) Planejamento e viabilização da mudança para o Campus Universitário (ainda não completada);

2o.) Criação de outros cursos, na tentativa de atingir todas as áreas do universo do conhecimento, tendo atingido 32 cursos;

3o.) Incorporação do Hospital Universitário, com prestação de serviços à comunidade;

4o.) Iniciação de programas de pós-Graduação para

professores não titulados.

Desta forma consolidou-se a implantação da Universidade Estadual de Londrina que, atualmente, constitui importante centro gerador e irradiador de ciência e cultura.

A influência da Universidade Estadual de Londrina, também é sentida no campo político-econômico, sendo importante seus efeitos no setor de prestação de serviços.

8 – OS CURSOS SUPERIORES PARTICULARES

A partir de 1964, começou a se desenvolver uma política educacional que propiciou oportunidades de criação de escolas superiores particulares, para complementar as vagas oferecidas pelo ensino oficial, assim como, para completá-lo em suas deficiências. A iniciativa privada no ensino superior é salutar, garantindo o princípio da liberdade do ensino e evitando a imposição de uma ideologia única.

Em 1o. de fevereiro de 1965, as Irmãs do Colégio "Mãe de Deus" conseguiram a criação da Faculdade de Música "Mãe de Deus" através do Decreto Lei Federal n. 55.664, destinado a formação de professores de música.

A criação desta Faculdade constituiu-se em importante iniciativa na área da Educação Artística.

Por ocasião da transferência dos cursos da Universidade Estadual de Londrina para o Campus Universitário, os prédios do Instituto Filadélfia de Londrina ficaram ociosos. A instituição proprietária dos prédios, já com larga tradição na área de Ensino de 1o. e 2o. graus sentiu que poderia ampliar sua ação educativa, criando o 3o. grau.

Em 1972, foi criado o Centro de Estudos Superiores de Londrina – CESULON instalado em 08 de agosto de 1972, com 4 cursos e 510 alunos. A diretoria atual pretende ampliar o número de cursos e transformar o Centro de Estudos em uma Universidade evangélica, que deverá ser a primeira Universidade com base confessional da região.

No ano seguinte, em 1973, outra escola superior entrou em funcionamento: Escola de Educação Física do Norte do Paraná, FEFI, cujo reconhecimento se deu pelo Decreto Lei Federal n. 77.197/76. Esta escola tem como objetivo formar professores e técnicos de Educação Física. Hoje, esta escola constitui-se em importante Centro de Estudos e sua administração está trabalhando na implantação e novos cursos superiores e tem como objetivo criar a Universidade do Norte do Paraná.

9 – SITUAÇÃO ATUAL

Desta maneira está completado o quadro atual do ensino superior de Londrina.

No processo de implantação e consolidação das instituições destinadas a esse grau de ensino não houve rupturas. Foi um processo contínuo de conquistas e realizações de grupos diversos de pessoas que, através de seu trabalho, puderam satisfazer os anseios de uma comunidade.

É interessante lembrar que em Londrina, o caminho seguido para implantação do Ensino Superior, seguiu a tradição brasileira, implantada por D. João VI, que consti-

tui em criar primeiramente escolas superiores isoladas e com objetivos puramente profissionalizantes, para depois, serem transformadas em Universidades.

O processo de implantação do Ensino Superior não está terminado, podendo-se afirmar que a implantação de uma segunda Universidade faz parte dos novos anseios da população.

Dentro do quadro atual do Ensino Superior destaca-se o trabalho da Universidade Estadual de Londrina que enriqueceu a vida cultural da região e criou oportunidades para que maior número de pessoas possam frequentar o Ensino Superior.

Pode-se, também, afirmar que o desejo por uma Universidade que sirva a população e a criação de mais escolas superiores não são apenas de grupos intelectuais, mas da sociedade londrinense como um todo, isto porque, o Ensino Superior de Londrina não foge a regra imposta ao ensino brasileiro, que é de servir apenas a uma pequena parte da população sendo ainda extremamente elitizante.

Espera-se que com a experiência, que já contam nossas escolas superiores, elas venham cada vez mais contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para isto, observa-se que estão melhorando seu nível de ensino e ampliando sua área de influência.

ABSTRACT

This work is a discourse about the history of Superior Teaching in Londrina, pronounced during the comemorations of municipal fiftieth anniversary. It shows the process of instalation of the first superior schools and their transformation in the actual state university of Londrina. It describes the criation of the first private superior courses in the city. The article makes possible a vision of the local superior teaching situation in the actuality.

KEY-WORDS: *Pionners Institucions; University; Londrina; Teaching; High technological; History of educacion.*

Recebido para publicação em 17/03/89

"O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA – A(S) COMPETÊNCIA(S) DO PROFESSOR"

DURVALI EMILIO FREGONEZI^a

RESUMO

O artigo procura delinear, caracterizar as competências do professor de língua materna: as competências técnica(científica), pedagógica e política. No trabalho propõe-se um grau de hierarquização entre essas competências. A gradação proposta poderá servir de diretriz para as atividades de produção/recepção de textos e treinamento de análise lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino de língua portuguesa; Atividades de ensino; Competência técnica; Competência pedagógica e política.*

No Brasil, hoje, vivemos uma época de profundas transformações. A escola também acompanha todo esse movimento, e pergunta-se se o organismo escolar vem desempenhando suas funções sociais. Esse questionamento alcança todos os componentes pedagógicos desde a administração escolar, passando pela supervisão e orientação e atingindo os componentes curriculares. No campo específico do ensino de língua materna, essa problemática torna-se mais acentuada, pois a língua é, ao mesmo tempo, ins-

trumento e objeto de estudo. Pedagogos e mesmo professores de Língua Portuguesa, na maior parte das vezes, não fazem distinção de língua-instrumento e língua-objeto de estudo. Essa não-distinção tem graves conseqüências na fixação de objetivos e na programação de atividades para o ensino da língua materna.

O parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação é claro na fixação de objetivos para o ensino da Língua Portuguesa:

^a. Departamento de Letras/CCH – Universidade Estadual de Londrina.